

# **Demonstrações Contábeis Regulatórias**

## **Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.**

31 de dezembro de 2018  
com Relatório do Auditor Independente

# Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.

## Demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2018

### Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias .....	1
Demonstrações contábeis regulatórias auditadas	
Balanço patrimonial .....	4
Demonstração do resultado .....	5
Demonstração do resultado abrangente .....	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	7
Demonstração dos fluxos de caixa.....	8
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias.....	9

## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias**

Aos  
Acionistas e Diretores da  
**Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.**  
Rio de Janeiro - RJ

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Xingu Rio Transmissora de Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira regulatória da Xingu Rio Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL através da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias**

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Xingu Rio Transmissora de Energia S.A. a cumprir os requisitos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.

## **Outros assuntos**

A Xingu Rio Transmissora de Energia S.A. preparou um conjunto de demonstrações financeiras separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (demonstrações financeiras societárias) sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, sem modificação, com data de 18 de março de 2019.

## **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL através da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014 e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 25 de abril de 2019.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SP015199/O-6



Glaucio Dutra da Silva  
Contador CRC-1RJ090174/O-4

**Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.**

Balanço patrimonial  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
<b>Ativo</b>			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	<b>7</b>	447.487	135.523
Despesas antecipadas		1.169	1.183
Impostos a recuperar		9.427	4.116
Adiantamentos a fornecedores e empregados		4.702	10.237
		<u>462.785</u>	<u>151.059</u>
Não circulante			
Despesas antecipadas		187	1.308
Depósitos judiciais e cauções		108	69
Imposto a recuperar		-	7.398
Imobilizado	<b>8</b>	6.974.251	2.236.731
Intangível	<b>9</b>	102.498	72.238
		<u>7.077.044</u>	<u>2.317.744</u>
<b>Total do ativo</b>		<u>7.539.829</u>	<u>2.468.803</u>
<b>Passivo</b>			
Circulante			
Fornecedores	<b>10</b>	498.341	349.609
Empréstimos e financiamentos	<b>11</b>	-	578.492
Tributos a pagar		10.906	9.955
Salários e encargos sociais	<b>12</b>	14.805	12.608
		<u>524.052</u>	<u>950.664</u>
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	<b>11</b>	3.608.476	-
Empréstimos - partes relacionadas	<b>11</b>	1.263.489	-
Outras contas a pagar		105	105
		<u>4.872.070</u>	<u>105</u>
Patrimônio líquido			
Capital social	<b>13.a</b>	2.771.001	1.971.001
(-) Capital a integralizar		(480.000)	(405.550)
Prejuízos acumulados	<b>13.b</b>	(147.294)	(47.417)
		<u>2.143.707</u>	<u>1.518.034</u>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<u>7.539.829</u>	<u>2.468.803</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

## Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Despesas Gerais e administrativas	<b>14</b>	(22.083)	(25.175)
Outras despesas/receitas operacionais líquidas		1.018	-
<b>Resultado antes do resultado financeiro</b>		<u>(21.065)</u>	<u>(25.175)</u>
Resultado financeiro	<b>16</b>	(78.812)	(14.195)
Receitas financeiras		32.109	17.754
Despesas financeiras		<u>(110.921)</u>	<u>(31.949)</u>
<b>Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<u>(99.877)</u>	<u>(39.370)</u>
Imposto de renda e contribuição social		-	(456)
<b>Prejuízo do exercício</b>		<u>(99.877)</u>	<u>(39.826)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

**Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.**

Demonstração do resultado abrangente  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Prejuízo do exercício	(99.877)	(39.826)
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Total de resultados abrangentes</b>	<u>(99.877)</u>	<u>(39.826)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.



## Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

	<b>Capital social subscrito</b>	<b>(-) Capital a integralizar</b>	<b>Prejuízos acumulados</b>	<b>Total</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>20.001</b>	<b>-</b>	<b>(51)</b>	<b>19.950</b>
Aumento de capital conforme AGE de 07 de março de 2016	34.000	-	-	34.000
Aumento de capital conforme AGE de 29 de abril de 2016	466.000	-	-	466.000
Aumento de capital conforme AGE de 03 de novembro de 2016	23.000	-	-	23.000
Prejuízo do exercício	-	-	(7.540)	(7.540)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>543.001</b>	<b>-</b>	<b>(7.591)</b>	<b>535.410</b>
Aumento de capital conforme AGE de 13 de março de 2017	714.000	-	-	714.000
Aumento de capital conforme AGE de 30 de novembro de 2017	714.000	(405.550)	-	308.450
Prejuízo do exercício	-	-	(39.826)	(39.826)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>1.971.001</b>	<b>(405.550)</b>	<b>(47.417)</b>	<b>1.518.034</b>
Integralização de capital em 15 de janeiro de 2018.	-	183.000	-	<b>183.000</b>
Aumento de capital conforme AGE de 02 de fevereiro de 2018	800.000	(800.000)	-	-
Integralização de capital em 08 de fevereiro de 2018.	-	284.550	-	<b>284.550</b>
Integralização de capital em 9 de março de 2018	-	258.000	-	<b>258.000</b>
Prejuízo do exercício	-	-	(99.877)	<b>(99.877)</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>2.771.001</b>	<b>(480.000)</b>	<b>(147.294)</b>	<b>2.143.707</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

**Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.**

Demonstração do fluxo de caixa  
Exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Prejuízo do exercício antes dos impostos</b>	<b>(99.877)</b>	<b>(39.370)</b>
Itens de resultado que não afetam o caixa	-	28.493
Juros das debêntures	-	-
Amortização de despesas antecipadas	1.135	1.060
(Aumento) redução nos ativos operacionais		
Depósitos judiciais e cauções	(39)	(33)
Impostos a recuperar	2.085	(10.896)
Adiantamentos a fornecedores e empregados	5.534	(9.776)
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	148.732	325.428
Juros pagos	(150.009)	-
Tributos a pagar	951	8.934
Salários e encargos sociais	2.196	9.318
Outros passivos	-	-
<b>Fluxo de caixa (aplicado nas) / gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>(89.292)</b>	<b>313.158</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>		
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(8.588.878)	(2.520.821)
Baixa de imobilizado e intangível	3.978.077	683.614
<b>Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento</b>	<b>(4.610.801)</b>	<b>(1.837.207)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		
Aumento de capital	725.550	1.022.450
Empréstimo Captados	7.186.505	550.000
Empréstimo Pagos	(2.900.000)	-
<b>Fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamento</b>	<b>5.012.055</b>	<b>1.572.450</b>
<b>Variação do saldo de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>311.964</b>	<b>48.401</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>	<b>135.523</b>	<b>87.122</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício</b>	<b>447.487</b>	<b>135.523</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

## Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

### 1. Informações gerais

A Xingu Rio Transmissora de Energia S.A. (“Sociedade” ou “XRTE”), foi constituída em 07 de agosto de 2015 e é uma sociedade anônima de capital fechado, com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essas atividades são regulamentadas pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica.

A Sociedade tem a sua sede na Avenida Presidente Vargas, nº 955 – 13º andar, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro e é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (“SGBH” ou “Grupo SGBH”), que é subsidiária da State Grid Corporate of China (“SGCC”), localizada em Pequim, na República Popular da China.

#### 1.1. Da concessão

Em 17 de julho de 2015, a SGBH sagrou-se vencedora do Leilão ANEEL nº 007/2015 com receita anual permitida (RAP) no valor de R\$988.030.985, deságio de 19% frente à RAP máxima apresentada pela ANEEL. O contrato de concessão foi assinado em 22 de outubro de 2015 e prevê entrada em operação até dezembro de 2019.

Em 20 de Novembro de 2018, a Sociedade assinou o primeiro termo aditivo ao contrato de concessão nº 07/2015 – ANEEL, alterando o parcialmente o objeto do contrato no que se refere a Linha de Transmissão em 500 kV entre as subestações Terminal Rio e Nova Iguaçu e atualizando a receita anual permitida para R\$983.584.406, a preços de março de 2015.

O projeto da Sociedade consiste na implantação e exploração do empreendimento composto pelas seguintes instalações de transmissão de energia nos estados do Pará, Tocantins, Goiás, Minas Gerais e Rio de Janeiro:

- i) Estação conversora de corrente alternada em contínua e vice-versa, na tensão CA de 500kV e  $\pm$  800kV junto à Subestação Xingu, no Estado do Pará; banco de transformadores conversores, equipamentos de compensação reativa e filtros de harmônica; reatores de alisamento; módulos de conexão de equipamentos, interligação de barramentos, barramentos e respectivo eletrodo de aterramento e correspondente linha de eletrodo.
- ii) Subestação Terminal Rio, no Estado do Rio de Janeiro, com pátio em 800kV para receber a estação conversora e seus equipamentos e pátio em 500kV com dois compensadores síncronos de (150/-75) Mvar, conectados por um banco de (3x100) MVA de transformadores monofásicos e uma unidade de reserva de 100 MVA e dois transformadores 500/13,8kV - 40 MVA, para atender os serviços auxiliares.
- iii) Estação conversora de corrente alternada em corrente contínua e vice-versa, na tensão CA de 500kV e  $\pm$  800kV, junto à Subestação Terminal Rio; banco de transformadores conversores; equipamentos de compensação reativa e filtros de harmônicas; reatores de alisamento; módulos de conexão de equipamentos, interligação de barramentos, barramentos e respectivos eletrodo de aterramento e correspondente linha de eletrodo.
- iv) Linha de transmissão em corrente contínua em  $\pm$ 800kV entre as subestações Xingu e Terminal Rio, bipolo simples, com extensão aproximada de 2.518km com um cabo de para-raios em fibra óptica.

## **Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

- v) Primeiro e segundo circuitos da Linha de Transmissão em 500kV entre as subestações Terminal Rio e Nova Iguaçu, em dois circuitos simples, com extensão aproximada de 30km.
- vi) Instalações vinculadas e demais instalações necessárias a funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

### **1.2. Setor elétrico no Brasil - Transmissão**

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da rede básica é atribuição do ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica.

## **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias**

As Demonstrações Contábeis Regulatórias (DCRs) foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador, a ANEEL.

No exercício de 2015 a ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico 2015, contendo o plano de contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas, financeiras e socioambientais resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor. As normas contidas no referido Manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2015.

### Aprovação das demonstrações contábeis regulatórias

As DCRs foram autorizadas pela Administração em 25 de abril de 2019.

#### **2.1. Estimativas e premissas**

As DCRs foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das DCRs foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado na demonstração contábil regulatória. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A Sociedade revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

#### **2.2. Conversão de saldos em moeda estrangeira**

A moeda funcional da Sociedade é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis.

## **Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

### **2.3. Classificação circulante versus não circulante**

Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa.

Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses. Os demais ativos e passivos são classificados no não circulante.

### **3. Sumário das práticas contábeis regulatórias**

As práticas contábeis regulatórias utilizadas são as mesmas adotadas nas demonstrações financeiras societárias, as quais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, exceto pelas práticas apresentadas a seguir:

#### **3.1. Imobilizado e intangível**

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação/amortização é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas na Resolução vigente emitida pela ANEEL. Mais informações sobre as taxas de depreciação/amortização e Resoluções vigente veja nota explicativa 9 – Imobilizado e nota explicativa 10 – Intangível.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação ou amortização regulatória e o prazo de vigência da concessão. O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas regulatórias.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado e/ou intangível é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

A Sociedade mantém os ativos imobilizados e intangíveis segregados em “em serviço” e “em curso”. Os itens apresentados no grupo “em serviço” correspondem a imobilizados e intangíveis já unitizados e em operação. Os saldos apresentados no grupo “em curso” correspondem a projetos em desenvolvimento, compras em andamento, sobressalente não alocados a ativos em funcionamento e outras aquisições que ainda estão sob análise da Administração para que sejam unitizados, e assim, reclassificados para o grupo em serviços e tenham depreciação iniciada.

### **4. Sumário das principais práticas contábeis (regulatórias e societárias)**

#### **4.1. Caixa e equivalentes de caixa**

O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

## **Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

### **4.2. Provisão para redução ao valor recuperável (“*impairment*”)**

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

### **4.3. Imposto de renda e contribuição social**

#### Correntes

O imposto de renda é apurado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem a R\$240.000 no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência, portanto, a adição ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis, ou exclusão de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos.

### **4.4. Provisões para contingências**

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

### **4.5. Ajuste a valor presente de ativos e passivos**

Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado.

## **Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

### **4.6. Outros ativos e passivos**

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Sociedade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulantes.

### **4.7. Apuração do resultado**

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

### **4.8. Instrumentos financeiros**

A Companhia aplicou os requerimentos do CPC 48 – Instrumentos Financeiros, a partir de 1º de janeiro de 2018, relativos a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros e a mensuração e o reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável.

#### **a) Ativos financeiros**

Classificação e mensuração - Com a adoção do CPC 48 os instrumentos financeiros passaram a ser classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e ao valor justo por meio do resultado (“VJR”). A norma também elimina as categorias existentes no CPC 38 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A partir de 1º de janeiro de 2018 a Companhia passou a apresentar os instrumentos financeiros da seguinte forma:

- **Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado** - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

- **Custo amortizado** - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

## **Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

(i) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment) - O CPC 48 substituiu o modelo de “perdas incorridas” do CPC 38 por um modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas (“impairment”) a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.

(ii) Baixa de ativos financeiros - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

### **b) Passivos financeiros**

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

## **4.9. Meio ambiente**

Os custos socioambientais, previstos na legislação ambiental, são avaliados e estimados durante a construção do empreendimento e registrados no ativo imobilizado até o final da construção e serão depreciados pelo prazo de concessão.

## **4.10. Fluxo de caixa**

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

## **4.10. Transações com partes relacionadas**

As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes aos de mercado. Certas transações, por possuírem características e condições únicas e/ou específicas, portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

## **5 Normas e interpretações emitidas, mas ainda não vigentes**

Pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações novos e/ou revisados pelo CPC, que passarão a vigorar a partir do exercício iniciado em 1º de janeiro de 2019:



## Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil - O CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil, emitido pelo CPC é equivalente à norma internacional IFRS 16 – Leases, emitida em janeiro de 2016 em substituição à versão anterior da referida norma (CPC 06 (R1), equivalente à norma internacional IAS 17). O CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1). A norma inclui duas isenções de reconhecimento para os arrendatários – arrendamentos de ativos de “baixo valor” (por exemplo, computadores pessoais) e arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos). Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso). Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso. Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário reconhecerá o valor de reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste ao ativo de direito de uso. Não há alteração substancial na contabilização dos arrendadores com base no CPC 06 (R2) em relação à contabilização atual de acordo com o CPC 06 (R1). Os arrendadores continuarão a classificar todos os arrendamentos de acordo com o mesmo princípio de classificação do CPC 06 (R1), distinguindo entre dois tipos de arrendamento: operacionais e financeiros. O CPC 06 (R2), que vigora para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019, exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes do que as previstas no CPC 06 (R1).

A Companhia planeja adotar o CPC 06 (R2) utilizando a abordagem modificada da retrospectiva e optará por adotar a norma para contratos que foram anteriormente identificados como arrendamentos que utilizam o CPC 06 (R1) e o ICPC 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. Portanto, a Companhia não aplicará a norma a contratos que não tenham sido previamente identificados como contratos que contenham um arrendamento nos termos do CPC 06 (R1) e o ICPC 03 e optará por utilizar as isenções propostas pela norma para contratos de arrendamento cujo prazo se encerre em 12 meses a partir da data da adoção inicial, e contratos de arrendamento cujo ativo objeto seja de baixo valor.

A Companhia possui baixo volume com contratos de arrendamentos, cujos valores não são representativos. Não são esperados impactos significativos nas demonstrações financeiras com a adoção do CPC 06 (R2).

Melhorias anuais - Ciclo 2015-2017 - CPC 32 - Tributos sobre o lucro - As alterações esclarecem que as consequências do imposto de renda sobre dividendos estão vinculadas mais diretamente a transações ou eventos passados que geraram lucros distribuíveis do que às distribuições aos titulares. Portanto, a entidade reconhece as consequências do imposto de renda sobre dividendos no resultado, outros resultados abrangentes ou patrimônio líquido conforme o lugar em que a entidade originalmente reconheceu estas transações ou eventos passados. Embora o CPC tenha sido atualizado pela revisão nº 13, pela legislação tributária brasileira essa melhoria não é aplicável à Companhia.

## Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

Interpretação IFRIC 23 - Incerteza sobre o tratamento do imposto de renda - A Interpretação (ainda sem correspondência equivalente emitida pelo CPC no Brasil, mas que será emitida como ICPC 22) trata da contabilização dos tributos sobre o rendimento nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da IAS 12 (CPC 32) e não se aplica a tributos fora do âmbito da IAS 12 nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos tributários incertos. A Interpretação aborda especificamente o seguinte: (i) se a entidade considera tratamentos tributários incertos separadamente; (ii) as suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais; (iii) como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto; e (iv) como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias.

A entidade deve determinar se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos tributários incertos. Deve-se seguir a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza. A interpretação vigora para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019, mas são disponibilizadas determinadas isenções de transição. A Companhia adotará a interpretação a partir da data em que entrar em vigor.

### 6. Conciliação do balanço patrimonial regulatório e societário

As diferenças de práticas contábeis societárias e regulatórias apresentadas nas notas explicativas 2, 3 e 4 estão apresentadas a seguir de forma comparativa:

Notas	31/12/2018			31/12/2017		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativo						
Circulante	462.785	89.183	551.968	151.059	-	151.059
Caixa e equivalentes de caixa	447.487	-	447.487	135.523	-	135.523
Despesas antecipadas	1.169	-	1.169	1.183	-	1.183
Impostos a recuperar	9.427	-	9.427	4.116	-	4.116
Outras contas a Receber	4.702	-	4.702	10.237	-	10.237
Ativo de concessão (contratual)	-	89.183	89.183	-	-	-
a						
Não circulante	7.077.044	1.327.049	8.404.093	2.317.744	97.989	2.415.733
Ativo de concessão (financeiro)	-	-	-	-	2.405.702	2.405.702
Ativo de concessão (contratual)	-	8.401.819	8.401.819	-	-	-
a						
Despesas antecipadas	187	-	187	1.308	-	1.308
Impostos a recuperar	-	-	-	7.398	-	7.398
Depósitos judiciais e cauções	108	-	108	69	-	69
b						
Imobilizado	6.974.251	(6.972.523)	1.728	2.236.731	(2.235.726)	1.005
b						
Intangível	102.498	(102.247)	251	72.238	(71.987)	251
<b>Total do ativo</b>	<b>7.539.829</b>	<b>1.416.232</b>	<b>8.956.061</b>	<b>2.468.803</b>	<b>97.989</b>	<b>2.566.792</b>

Nota	31/12/2018			31/12/2017		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Passivo						
Passivo circulante	524.052	-	524.052	950.664	-	950.664
Fornecedores	498.341	-	498.341	349.609	-	349.609
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	578.492	-	578.492
Tributos a pagar	10.906	-	10.906	9.955	-	9.955
Salários e encargos sociais	14.805	-	14.805	12.608	-	12.608
Passivo não circulante	4.872.070	1.305.094	6.177.162	105	223.634	223.739
Empréstimos e financiamentos	3.608.476	-	3.608.476	-	-	-
Empréstimos - partes relacionadas	1.263.489	-	1.263.487	-	-	-
Outras contas a pagar	105	-	105	105	-	105
Tributos diferidos	-	1.305.094	1.305.094	-	223.634	223.634
c						
Patrimônio líquido	2.143.707	111.138	2.254.845	1.518.034	(125.645)	1.392.389
Capital social	2.771.001	-	2.771.001	1.971.001	-	1.971.001
(-) Capital a integralizar	(480.000)	-	(480.000)	(405.550)	-	(405.550)
Prejuízo acumulado	(147.294)	111.138	(36.156)	(47.417)	(125.645)	(173.062)
d/e						
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>	<b>7.539.829</b>	<b>1.416.232</b>	<b>8.956.061</b>	<b>2.468.803</b>	<b>97.989</b>	<b>2.566.792</b>

## Xing Rio Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2018			31/12/2017		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Receita operacional líquida	d	-	5.459.397	5.459.397	-	1.589.940	1.589.940
Custo da operação	e	-	(4.793.829)	(4.793.829)	-	(1.664.246)	(1.664.246)
<b>Lucro bruto</b>		<b>-</b>	<b>665.568</b>	<b>665.568</b>	<b>-</b>	<b>(74.306)</b>	<b>(74.306)</b>
Despesas gerais e administrativas		(22.084)	-	(22.084)	(25.175)	-	(25.175)
Outras despesas/receitas operacionais líquidas		1.019	-	1.019	-	-	-
<b>Lucro antes do resultado financeiro</b>		<b>(21.065)</b>	<b>665.568</b>	<b>644.503</b>	<b>(25.175)</b>	<b>(74.306)</b>	<b>(99.481)</b>
Resultado financeiro		(78.812)	(156.975)	(235.787)	(14.195)	-	(14.195)
Receitas financeiras		32.109	-	32.109	17.754	-	17.754
Despesas financeiras		(110.921)	(156.975)	(267.896)	(31.949)	-	(31.949)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		(99.877)	508.593	408.716	(39.370)	(74.306)	(113.676)
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	c	<b>-</b>	<b>(415.492)</b>	<b>(415.492)</b>	<b>(456)</b>	<b>(29.480)</b>	<b>(29.936)</b>
Corrente		-	-	-	(456)	-	(456)
Diferido		-	(415.492)	(415.492)	-	(29.480)	(29.480)
<b>Prejuízo do exercício</b>		<b>(99.877)</b>	<b>93.101</b>	<b>(6.776)</b>	<b>(39.826)</b>	<b>(103.786)</b>	<b>(143.612)</b>

Segue apresentação sobre as diferenças entre as práticas contábeis societárias e regulatórias:

### a) Ativo de concessão

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação de infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura durante o prazo de concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão.

O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes, CPC 48 – Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e serviços de operação e manutenção.

#### Ativo de Concessão - contratual

Em 31 de dezembro de 2017, a infraestrutura de transmissão era classificada como ativo financeiro sob escopo do ICPC 01 / IFRIC 12 e mensurada ao custo amortizado. Eram contabilizadas receitas de construção e de operação além da receita de remuneração de infraestrutura do contrato de concessão com base na TIR de cada projeto, juntamente com a variação do IPCA.

## Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

Com a entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018 do CPC 47, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram as transmissoras nessa norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um “Ativo Contratual”.

O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizáveis (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante a fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e dos custos das obras relacionadas à formação desse ativo através dos gastos incorridos.

Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos de concessão a partir de 1º de janeiro de 2018 passaram a ser registrados na rubrica “Implementação da Infraestrutura”, como um ativo contratual, por terem direito a contraprestação ainda condicionados a satisfação de outra obrigação de desempenho.

As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), registrados na conta “impostos diferidos” no passivo não circulante.

### b) Imobilizado e intangível

Nas demonstrações financeiras societárias o ativo imobilizado e intangível operacional são reconhecidos como ativo de concessão contratual de acordo com as determinações do Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes e ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão e valorizados de acordo com as premissas determinadas pela Administração.

### c) Impostos diferidos

Saldo referente aos registros contábeis da movimentação do ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão que será realizado na proporção das operações considerando a receita e custos de operação realizados e depreciação do ativo imobilizado da concessão.

## Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

### d) Receita

a) Receita de construção - Serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescentando-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas.

Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.

b) Remuneração do ativo contratual de concessão - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa.

A receita de construção e receita de remuneração do ativo contratual de concessão são registradas de acordo com as determinações do Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes e ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão nas demonstrações financeiras societárias. Nas DCRs apenas a receita incorrida no exercício é registrada.

### e) Custo de construção

O saldo de custo de construção é reconhecido nas demonstrações financeiras societárias baseado com o ICPC 01 R1 e CPC 17. Nas DCRs os saldos são representados pela depreciação e amortização do ativo imobilizado e intangível.

## 7. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Caixa e depósitos bancários	417	195
Aplicações financeiras	447.070	135.328
	<u>447.487</u>	<u>135.523</u>

## Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

### 8. Imobilizado

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Imobilizado em curso		
<i>Transmissão</i>		
Adiantamentos a fornecedores	164.460	348.210
Veículos	1.671	1.671
Depósitos judiciais	32.839	22.823
A ratear	6.773.553	1.863.023
	<u>6.972.523</u>	<u>2.235.727</u>
<i>Administração</i>		
Máquinas e equipamentos	140	118
Equipamentos de informática	893	727
Veículos	535	
Móveis e equipamentos	160	159
	<u>1.728</u>	<u>1.004</u>
<b>Total do imobilizado</b>	<b><u>6.974.251</u></b>	<b><u>2.236.731</u></b>

#### 8.1. Mapa movimentação ativo imobilizado

	Valor em 31/12/2017	Adições	Baixas	Transf.	Reavaliação	Valor líquido em 31/12/2018	Adições líquidas = (a)- (b)+(c)	Depreciação acumulada	Valor líquido em 31/12/2018	Valor líquido em 31/12/2017
<b>Ativo imobilizado em curso</b>										
<b>Transmissão</b>	2.235.727	8.145.792	(3.478.844)	69.848	-	6.972.523	4.736.796	-	6.972.523	2.235.727
Adiantamentos a fornecedores	348.210	1.613.300	(2.215.048)	417.998	-	164.460	(183.750)	-	164.460	348.210
Compras em andamento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Veículos	1.671	-	-	-	-	1.671	-	-	1.671	1.671
Depósitos judiciais	22.823	11.570	(1.554)	-	-	32.839	10.016	-	32.839	22.823
A ratear	1.863.023	6.520.922	(1.262.242)	(348.150)	-	6.773.553	4.910.530	-	6.773.553	1.863.023
<b>Administração</b>	1.004	5.994	(5.272)	-	-	1.728	724	-	1.728	1.004
Máquinas e equipamentos	118	4.945	(4.922)	-	-	142	24	-	142	118
Equipamentos de informática	727	243	(78)	-	-	892	165	-	892	727
Móveis e utensílios	159	-	-	-	-	159	-	-	159	159
Veículos	-	806	(272)	-	-	535	535	-	535	-
<b>Total do imobilizado</b>	<b>2.236.731</b>	<b>8.151.786</b>	<b>(3.484.116)</b>	<b>69.848</b>	<b>-</b>	<b>6.974.251</b>	<b>4.737.520</b>	<b>-</b>	<b>6.974.251</b>	<b>2.236.731</b>

#### 8.2. Principais aquisições do ativo imobilizado em curso em 2018

<u>Adições do ativo imobilizado em curso</u>	<u>Material e equipamentos</u>
Adiantamentos a fornecedores	1.613.300
A ratear	6.520.922
Veículos	806
Depósitos judiciais	11.570
Outros	5.187
	<u><b>8.151.786</b></u>

## Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

### 9. Intangível

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Diferido em curso		
<i>Transmissão</i>		
Servidões	101.926	71.666
Software	321	321
	<u>102.247</u>	<u>71.987</u>
<i>Administração</i>		
Software	251	251
	<u>251</u>	<u>251</u>
Total intangível	<u><u>102.498</u></u>	<u><u>72.238</u></u>

#### 9.1. Movimentação do intangível:

	Valor em 31/12/2017	Adições (a)	Baixas (b)	Transf. (c )	Reava- liação	Valor em 31/12/2018	Adições líquidas = (a)- (b)+(c)	Amortização acum	Valor líquido em 31/12/2018	Valor líquido em 31/12/2017
<b>Ativo Intangível</b>										
<b>Transmissão</b>	71.987	34.869	(4.609)	-	-	102.247	30.260		102.247	71.987
Servidões	71.666	34.869	(4.609)	-	-	101.926	30.260		101.926	71.666
Software	321	-	-	-	-	321	-		321	321
<b>Administração</b>	251	-	-	-	-	251	-		251	251
Software	251	-	-	-	-	251	-		251	251
<b>Total do Intangível</b>	<u>72.238</u>	<u>34.869</u>	<u>(4.609)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>102.498</u>	<u>30.260</u>		<u>102.498</u>	<u>72.238</u>

#### 9.2. Principais aquisições do ativo imobilizado em curso em 2018

<u>Adições do ativo intangível em curso</u>	<u>Servidões e Software</u>
Servidões	34.869
Software	-
	<u><u>34.869</u></u>

### 10. Fornecedores

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Fornecedores relacionados à construção	212.947	257.347
Fornecedores relacionados à construção - partes relacionadas	264.891	90.977
Prestadores de serviços	15.529	114
Gastos ambientais e fundiários	1.293	833
Outros	3.681	338
Saldo final	<u><u>498.341</u></u>	<u><u>349.609</u></u>

## Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

### 11. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são compostos da seguinte forma:

<b>Credor</b>	<b>Encargos</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Debêntures - Série única	105% da Taxa DI	-	578.493
Financiamento – BNDES	TLP (IPCA + 3,10%) + 2,52%	3.608.476	-
		<b>3.608.476</b>	<b>578.493</b>

Movimentação do empréstimo no exercício de 2018:

	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Saldo inicial	578.493	-
Emissão de Debêntures	2.350.000	550.000
Emissão de Financiamento	3.606.505	-
Juros provisionados	124.938	28.493
Pagamento de principal e juros	(3.051.460)	-
	<b>3.608.476</b>	<b>578.493</b>

A Companhia realizou a primeira emissão de debêntures, emitidas em 25 de maio de 2017, composto de principal e juros, não conversíveis em ações e com garantia quirografária, como vencimento e quitação para 20 de maio de 2018, postergada para 2 de abril de 2019 e a remuneração alterada de 104,5% da taxa DI para 105% da taxa DI.

Em 15 de março de 2018, a Companhia realizou a segunda emissão de debêntures, composto de principal e juros, não conversíveis em ações e com garantia quirografária, com vencimento em 29 de março de 2019. Em 06 de setembro de 2018 a Companhia realizou a quinta emissão de debêntures em duas séries, composto de principal e juros, não conversíveis em ações e com garantia quirografária, e com vencimentos em 6 de março de 2019 e 06 de setembro de 2019.

Em 01 de novembro de 2018, em Assembleia Geral Extraordinária, foram deliberadas (i) as condições do Contrato de Financiamento de longo prazo firmado entre a XRTE e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES"), assim como (ii) a celebração do Contrato de Cessão Fiduciária e (iii) celebração do Contrato de Penhor de Ações, como interveniente. As aprovações indicadas referem-se à abertura de crédito direto em favor da XRTE no valor de até R\$ 5.213.555 (cinco bilhões, duzentos e treze milhões, quinhentos e cinquenta e cinco mil reais), indexado à TLP (IPCA + 3,10%) x 2,52% e com prazo de amortização de 24 anos.

Em 21 de dezembro de 2018 a Companhia recebeu o primeiro desembolso do contrato de financiamento no valor de R\$ 3.606.505 (Três bilhões, seiscentos e seis milhões, quinhentos e cinco mil reais) junto ao BNDES e em 27 de dezembro de 2018 foram quitadas as três emissões de debêntures, com o pagamento do principal e juros.



## Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

### 11.1 Empréstimos e Financiamentos - Parte relacionadas

Os empréstimos e financiamentos a Partes Relacionadas são compostos da seguinte forma:

<b>Credor</b>	<b>Encargos</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Debêntures - Série única	108% da Taxa DI	<b>453.771</b>	-
Debêntures - Série única	108% da Taxa DI	<b>809.717</b>	-
		<b>1.263.488</b>	-

#### Movimentação dos empréstimos e financiamentos

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Saldo inicial	-	-
Emissão de debêntures	<b>1.230.000</b>	-
Juros provisionados	<b>33.488</b>	-
	<b>1.263.488</b>	-

Em 16 de julho de 2018, a Companhia realizou a terceira emissão de debêntures com a sua controladora (SGBH) composto de principal e juros, não conversíveis em ações e com garantia quirografária com vencimento em 30 de abril de 2020 no montante de R\$ 440.000. (Quatrocentos e quarenta milhões de reais). Em 02 de agosto de 2018, a Companhia realizou a quarta emissão de debêntures com a sua controladora (SGBH) composto de principal e juros, não conversíveis em ações e com garantia quirografária com vencimento em 30 de abril de 2020 no montante de R\$ 790.000 (Setecentos e noventa milhões de reais).

### 12. Salários e encargos sociais

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Férias	3.464	2.286
Tributos retidos na fonte sobre salários	801	759
Encargos sociais a pagar	5.167	6.526
Bônus	<u>5.374</u>	<u>3.038</u>
Saldo final	<u>14.805</u>	<u>12.609</u>

### 13. Patrimônio líquido

#### a) Capital social

Em 07 de março de 2016 foi aprovado o aumento de capital em R\$34.000, mediante a emissão de 34.000.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1 cada, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada naquela data.

Em 29 de abril de 2016 houve aumento de capital em R\$466.000, mediante a emissão de 466.000.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1 cada, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada naquela data.

## Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

Em 03 de novembro de 2016 houve aumento de capital em R\$23.000, mediante a emissão de 23.000.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1 cada, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada naquela data.

Em 13 de março de 2017 houve aumento de capital R\$714.000, mediante a emissão de 714.000.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1 cada, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada naquela data.

Em 30 de novembro de 2017 houve aumento de capital R\$714.000, mediante a emissão de 714.000.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas parcialmente, no valor nominal de R\$1 cada, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada naquela data.

Em 02 de fevereiro de 2018 houve aumento de capital R\$800.000, mediante a emissão de 800.000.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas parcialmente, no valor nominal de R\$1 cada, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada naquela data.

Em 31 de dezembro de 2018, o capital social subscrito e parcialmente integralizado da Sociedade é de R\$2.771.001 (R\$1.971.001 em 31 de dezembro de 2017), dividido em 2.771.001.000 (1.971.001.000 em 31 de dezembro de 2017) ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1 cada. A composição do capital social subscrito da Sociedade é como se segue:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
SGBH	99,99%	99,99%
<i>International Grid Holding Limited</i>	0,01%	0,01%
	<u>100%</u>	<u>100%</u>

### b) Prejuízos acumulados

A Lei nº 6.404/76, no parágrafo único do art. 189, determina que o prejuízo do exercício seja apresentado na conta de prejuízos acumulados e deverá obrigatoriamente ser absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucro e pela reserva legal, nessa ordem. A Sociedade não possui reservas de lucro a serem absorvidas.

Em 31 de dezembro de 2018, o prejuízo acumulado da Sociedade é de R\$147.294 (R\$47.417 em 31 de dezembro de 2017).

### 14. Despesas gerais e administrativas

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Pessoal	(12.007)	(13.520)
Honorários e encargos	(2.933)	(1.634)
Serviços de terceiros	(4.860)	(3.795)
Taxas de importação	-	(2.297)
Viagens	(1.463)	(3.627)
Outros	(820)	(302)
Total das despesas gerais e administrativas	<u>(22.083)</u>	<u>(25.175)</u>

## Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

### 15. Despesas com pessoal

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Pessoal – Operação		
Remuneração	(12.939)	(13.782)
Encargos	(1.954)	(2.823)
Outros benefícios	(7.190)	(1.376)
	<u>(22.083)</u>	<u>(17.981)</u>

### 16. Resultado financeiro

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Receitas financeiras		
Receitas de aplicações financeiras	31.971	17.754
Outras	138	-
	<u>32.109</u>	<u>17.754</u>
Despesas financeiras		
PIS sobre aplicações financeiras	(209)	(115)
COFINS sobre aplicações financeiras	(1284)	(710)
Multas e juros	(689)	(99)
IOF	(72.149)	(1.679)
Juros das debêntures	-	(28.492)
Juros do Financiamento	-	
Comissão bancária	(17.258)	(821)
Outros	(19.332)	(33)
	<u>(110.921)</u>	<u>(31.949)</u>
<b>Resultado financeiro</b>	<u><u>(78.812)</u></u>	<u><u>(14.195)</u></u>

### 17. Meio ambiente

A Portaria nº 421/2011 estabelece procedimentos para o licenciamento e a regularização ambiental federal de sistemas de transmissão de energia elétrica. Dentre eles, a elaboração do Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) com base no Termo de Referência emitido pelo órgão ambiental competente.

Os custos ambientais ocorridos no exercício estão diretamente relacionados à elaboração dos estudos ambientais, entre outras etapas do licenciamento relacionadas à obtenção da Licença de instalação conforme determinado pelo órgão regulador ambiental. O total de custos com meio ambiente no exercício de 2018 foi de R\$ 68.952 (R\$ 10.920 no exercício de 2017).

## Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

### 18. Seguros

A Sociedade possui um contrato de seguro garantindo a indenização, até o valor fixado na apólice, pelos prejuízos decorrentes do inadimplemento das obrigações assumidas pela Sociedade no contrato principal, oriundo do Edital do Leilão nº 007/2015-ANEEL, bem como multas e indenizações devidas à Administração Pública.

A garantia de indenização, na modalidade de construção, fornecimento ou prestação de serviços, é de até a importância segurada no montante de R\$700.000, com fim da vigência em 1º de março de 2020.

### 19. Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas estão resumidas como segue:

<u>Partes relacionadas</u>	<u>Natureza de operação</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Ativo circulante			
Outra contas a receber			
Nari Brasil Holding Ltda.	(a) Nota de débito	17.350	-
Nari Group Corporation Co Ltd.	(a) Nota de débito	209	-
XPTT Brasil Construção de Sistemas de Energia Elétrica Ltda.	(a) Nota de débito	6.664	-
CET Brazil Transmissão de Energia Ltda.	(a) Nota de débito	-	-
		<u>24.223</u>	<u>-</u>
Passivo circulante			
Fornecedores			
CET Brazil Transmissão de Energia Ltda.	(a) Serviços de construção	-	-
China Electric Power Equipment and Technology Co.	(a) Serviços de construção	237.633	121.448
Nari Group Corporation	(a) Serviços de construção	27.214	50.879
XPTT Brasil Construção de Sistemas de Energia Elétrica Ltda.	(a) Serviços de construção	44	622
		<u>264.891</u>	<u>172.949</u>

(a) Referem-se aos saldos a pagar relacionados a prestação de serviço para a construção do projeto.

### 20. Instrumentos financeiros

A administração dos instrumentos financeiros da Sociedade é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Sociedade é previamente aprovada pela Diretoria.

O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros.

Os instrumentos financeiros da Sociedade, constantes do balanço patrimonial, estão classificados hierarquicamente no nível 2 e apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado.

#### 20.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

<u>Ativos mensurados pelo valor justo</u>	<u>Nota</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Caixa e equivalentes de caixa	7	447.487	135.523
<u>Passivos mensurados pelo custo amortizado</u>	<u>Nota</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Fornecedores	11	498.341	349.609
Empréstimos e financiamentos	12	4.871.964	578.493

## Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

### 20.2. Gestão de risco

As operações financeiras da Sociedade são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco mercado que poderiam afetar o negócio da Sociedade são:

a) Riscos de taxa de juros

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus financiamentos indexados a taxas de juros pré-fixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Sociedade efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

b) Riscos cambiais

A Sociedade faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção.

c) Risco de liquidez

A Sociedade acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Sociedade é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada.

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Sociedade através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Sociedade.

## 21. Contingências

### Contingências prováveis (provisionadas)

A Administração da Companhia, com base na análise individual dos processos judiciais e suportados por opinião de seus assessores jurídicos, constatou que não há ações movidas contra a Companhia com prognóstico de perda classificadas como “provável” e que gerem, portanto, a necessidade de constituição de provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários.

### Contingências possíveis (não provisionados)

Os consultores jurídicos analisaram a posição de todos os processos nos quais a Companhia figura como ré e estimaram as perdas possíveis em:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Cível	309.706	-
Trabalhista	107	-
Fiscal	600	-
	<u><b>310.510</b></u>	<u><b>-</b></u>

## **Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

### **22. Gestão do capital**

A Sociedade utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital e monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar recursos em montante suficiente para a continuidade das obras.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

### **23. Eventos subsequentes**

Em 29 de janeiro de 2019 a Companhia recebeu o segundo desembolso do contrato de financiamento no valor de R\$ 817.237 (Oitocentos e dezessete milhões duzentos e trinta e sete mil e quatrocentos e quarenta e sete reais) junto ao BNDES.